


Diálogos


ISSN 2177-2940



Colonialismo e encobrimento de passados africanos: o caso do Grande Zimbábue, entre a História e a Literatura (1890-1900)

 <https://doi.org/10.4025/dialogos.v28i1.66789>

Evander Ruthieri da Silva

 <https://orcid.org/0000-0003-0882-1359>

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Foz do Iguaçu-PR, BR

E-mail: evander.silva@unila.edu.br

Colonialism and concealment of African pasts: the Great Zimbabwe case, between History and Literature (1890s-1900s)

Abstract: Throughout the 19th century, the ruins of the Great Zimbabwe, the main settlement of an ancient Shona kingdom on the Zimbabwean plateau, was the subject of a controversy regarding the origins of the society that had built these stone structures. In documents produced by European explorers and chroniclers, the “Phoenician hypothesis” was entangled, according to which Great Zimbabwe would have been built by Semitic colonizers in Antiquity. This article analyzes two documents produced in the period, *The Ruined Cities of Mashonaland* (1892), by Theodore Bent, and the historical novel *Elissa* (1900) by H. Rider Haggard, with an emphasis on the relationship between colonialism and the marginalisation of African pasts in the interweaving of History and Literature.

Key words: African History; Zimbabwe; colonialism; history and literature.

Colonialismo y ocultamiento de pasados africanos: el caso del Gran Zimbabue, entre la Historia y la Literatura (décadas de 1890-1900)

Resumen: A lo largo del siglo XIX, las ruinas del Gran Zimbabue, el principal asentamiento de un antiguo reino shona que formó en las tierras altas de Zimbabue, fueron objeto de controversia sobre los orígenes de la sociedad que construyó estas estructuras de piedra. En documentos producidos por exploradores y cronistas europeos, se enredaba la “hipótesis fenicia”, según la cual el Gran Zimbabue habría sido construido por colonizadores semíticos en la Antigüedad. El artículo analiza dos documentos producidos en el período, *The Ruined Cities of Mashonaland* (1892), de Theodore Bent, y la novela histórica *Elissa* (1900), de H. Rider Haggard, con énfasis en la relación entre el colonialismo y el ocultamiento de los pasados africanos, en el entrecruzamiento de la Historia y la Literatura.

Palabras clave: Historia de África; Zimbabue; colonialismo; historia y literatura.

Colonialismo e encobrimento de passados africanos: o caso do Grande Zimbábue, entre a História e a Literatura (1890-1900)

Resumo: Ao longo do século XIX, as ruínas do Grande Zimbábue, o assentamento principal de um antigo reino shona que se constituiu no planalto zimbabuano, foi alvo de controvérsias acerca das origens da sociedade que construiu essas estruturas de pedra. Em documentos produzidos por exploradores e cronistas europeus, enredou-se a “hipótese fenícia”, mediante a qual o Grande Zimbábue teria sido construído por colonizadores semíticos na Antiguidade. O artigo analisa dois documentos produzidos no período, *The Ruined Cities of Mashonaland* (1892), de Theodore Bent, e o romance histórico *Elissa* (1900) de H. Rider Haggard, com ênfase nas relações entre colonialismo e encobrimento de passados africanos no entrelace da História e da Literatura.

Palavras-chave: História da África; Zimbábue; colonialismo; história e literatura.

Recebido em: 23/01/2023

Aprovado em: 09/11/2023

Pelo menos desde meados do século XVI, as ruínas do Grande Zimbábue, o assentamento principal de um antigo centro de poder shona que se constituiu no planalto zimbabuano entre os séculos XIII e XIV, foi alvo de diversos debates acerca das origens da sociedade que construiu essas estruturas arquitetônicas cercados por muralhas em pedra granito. Nas escritas de diversos cronistas, viajantes e exploradores europeus do período colonial, o Grande Zimbábue era frequentemente associado aos relatos bíblicos do rei Salomão e do Ofir, ao mito do Preste João e, especialmente a partir do século XIX, à “hipótese fenícia”: a ideia de que aquelas ruínas haviam sido construídas por colonizadores semíticos que, na Antiguidade, haviam atravessado o continente africano em busca de novos mercados e oportunidades de exploração de metais preciosos. Subjacente a esses relatos, persistia a ideia de que sociedades e culturas africanas seriam incapazes de produzirem obras arquitetônicas ou inovações técnicas ou tecnológicas, estando, portanto, em um estado de “passividade histórica” (KI-ZERBO, 1972), e que os territórios almejados pela colonização europeia já haviam sido, no passado, colonizados por outros povos invasores supostamente oriundos do mundo mediterrâneo.

Esses mitos acerca do Grande Zimbábue passaram a ser atualizados e reiterados na segunda metade do século XIX, em um contexto no qual diversos projetos colonialistas europeus visavam a ocupação efetiva do vasto planalto zimbabuano, localizado entre os rios Limpopo e Zambeze. Assim, nesse período em que se aceleraram processos de expropriação de terras e controle da mão de obra africana, além do uso da violência colonial para reprimir qualquer tipo de resistência nativa, reforçou-se o “mito da incapacidade civilizadora dos povos africanos” (GONÇALVES, 2004, p. 179) como uma estratégia para justificar e legitimar a ocupação desses territórios por colonizadores europeus, o que acarretou no encobrimento ou na marginalização dos passados africanos. Destarte, o objetivo principal desse artigo incide sobre as relações entre colonialismo e a invisibilização da história africana, a partir do caso do Grande Zimbábue, problematizando as narrativas colonialistas produzidas acerca das supostas origens semíticas das ruínas, entre a História e a Literatura.

A ênfase da análise incide em duas obras publicadas entre as décadas de 1890 e 1900: *The Ruined Cities of Mashonaland* (1892), de autoria do explorador britânico Theodore Bent que, no ano anterior à publicação, havia realizado investigações arqueológicas nos sítios do Grande Zimbábue, sob o patrocínio do “magnata da mineração”, o político Cecil Rhodes; e o romance histórico *Elissa, or the Doom of Zimbabwe* (1900), do literato H. Rider Haggard, no qual, além de reforçar o mito das origens semíticas do Grande Zimbábue, reiterava sua visão acerca da ameaça representada pelas resistências africanas diante do colonialismo. Direta ou indiretamente, esses textos contribuíam para a invisibilização das origens africanas do Grande Zimbábue, engajando-se

com a manutenção do colonialismo na África meridional e reforçando estereótipos racistas que categorizavam as sociedades africanas como “primitivas” e “selvagens”.

“Muito bem lavrada de pedras de maravilhosa grandeza”: o Grande Zimbábue em perspectiva

Em uma vasta zona entre Moçambique, África do Sul, Botsuana e Zimbábue, arqueólogos localizaram aproximadamente duzentas edificações de pedra, denominadas de zimbábues, termo derivado da expressão “dzimbabwe” em língua shona e que significa “casas de pedra”. Destes núcleos de pedra, situados em uma área de clima tropical úmido, e numa altitude de aproximadamente 1000 a 1300 metros de altitude, o principal deles, que se estende por quarenta hectares, ficou conhecido como Grande Zimbábue, localizado em região montanhosa no sudoeste do Zimbábue, nas proximidades do lago Mutirikwi e da cidade de Masvingo. Construído durante um longo período de tempo, entre o século XIII e o século XV, sua disposição evidencia que seus construtores integravam uma sociedade estratificada, de modo que as divisões espaciais do conjunto refletiam, possivelmente, diferentes grupos sociais que ocuparam a região ao longo desse período (GONÇALVES, 2004, p. 79-80): um conjunto interno em uma colina, em uma área designada comumente de “Acrópole”, reservado para as elites políticas; um complexo externo, provavelmente destinado à realização de rituais religiosos, e denominado de “templo elíptico”, com aproximadamente 240 metros de diâmetro; e um segmento intermediário, que abrigava parte da população comum e as atividades comerciais (SILVA, 1996, p. 411). Neste espaço intermediário, as muralhas de granito, construídas com uma espessura que variava entre 1,22m a 5,20m de espessura, abrigavam casas construídas inteiramente de taipa ou daga, um material de grande durabilidade composto pela mistura de barro batido de formigueiros ou cupinzeiros, esterco e minerais, das quais restam apenas vestígios de suas fundações.

A historiografia africana e africanista contemporânea chegou a um consenso de que o Grande Zimbábue serviu de capital a um centro de poder de língua e cultura shona¹, possivelmente ancestrais dos bakalanga (ou kalanga), que se estabeleceu na região e impôs sua hegemonia política sobre vasto território a partir do século XIII. Objetos de ouro e de cobre localizados por

1 Atualmente, os shona (ou xona) constituem um grupo étnico-cultural pertencente ao tronco linguístico Banto; aproximadamente 13 milhões de shona vivem no Zimbábue, sendo, ao lado dos ndebele, um dos maiores grupos étnico-culturais e linguísticos no país (totalizando aproximadamente 80% da população), com diversos subgrupos, tais como os Zezuru, Korekore, Manyika, Karanga, Ndaue e Kalanga. Convém mencionar, contudo, que a utilização do termo “shona” para abranger e designar todos esses diferentes grupos populacionais foi resultante das políticas coloniais adotadas na região para descrever populações com características linguísticas, culturais e políticas semelhantes, mas que se referiam a si mesmos no passado por outras designações, como Kalanga ou Togwa ou Rozvi (MLAMBO, 2010, p. 9-10).

arqueólogos nas imediações dos núcleos de pedra evidenciam não apenas o controle sobre a extração de ouro no planalto zimbabuano, como também um sistema de pagamento de tributos entre o Grande Zimbábue e outros assentamentos sob sua esfera de influência política ou econômica. Estima-se que a capital deste centro de poder abrigou em torno de 11 mil a 18 mil pessoas em seu período de auge no século XIV, e, apesar da predominância econômica da agricultura e da pecuária, era parte importante de redes de comércio que conectavam o platô zimbabuano com o litoral moçambicano, em especial com cidades costeiras como Sofala e Quiloa, as quais, por sua vez, envolviam redes de longa distância de conectavam suaílis, árabes, chineses e indianos.

Nas últimas décadas, diversas hipóteses foram elaboradas para explicar a formação e expansão deste centro de poder no planalto zimbabuano: de acordo com Elikia M'Bokolo (2010), alguns historiadores, apoiando-se em tradições orais shona, privilegiam a dimensão religiosa, vinculando a consolidação do Grande Zimbábue ao culto dos ancestrais shona e da divindade suprema, Mwari, em um processo que envolveu a imigração de populações Bantu por volta do final do primeiro milênio e que impuseram sua autoridade política e religiosa, criando novas formas de poder na região (M'BOKOLO, 2010, p. 173-174). Além de técnicas de mineração, os shona teriam introduzido na região seu próprio culto aos ancestrais, levando-os a fundarem santuários e, por meio de manobras políticas, consolidarem sua influência hegemônica sobre diversas outras comunidades linhageiras e chefaturas na região. Com o passar do tempo, o poder central concentrou-se nas mãos dos chefes e sacerdotes associados ao culto do Mwari, que controlavam as ritualísticas religiosas e políticas a partir da capital (FAGAN, 2010, p. 601).

Outros historiadores enfatizam as dimensões econômicas, em especial a participação da elite shona nas redes comerciais de longa distância, sobretudo com as cidades na costa índica (HUFFMAN, 1972). Sabe-se que atividades comerciais com o mundo índico já eram praticadas por centros de poder naquela região pelo menos desde o século X, em especial pelo Mapungubwe², situado no sudeste do Zimbábue, e que, até meados do século XIII, controlou o escoamento de ouro rumo ao litoral, além da circulação de outros produtos, como marfim e peles, que eram trocadas por metais, conchas, cobre, ferro, seda ou conchas de vidro oriundas da Índia ou da Pérsia (MLAMBO, 2010, p. 15-17). No século XIV, importações significativas envolviam também pérolas, faianças, tecidos de algodão e especiarias, produtos que conectavam os territórios no planalto zimbabuano com a península arábica, o golfo pérsico e a China. Portanto, conforme essa outra vertente, o surgimento e expansão do Grande Zimbábue deveu-se à intensificação das trocas comerciais,

2 Conforme Alois Mlambo (2010), o Mapungubwe foi um centro de poder que se consolidou na região do rio Limpopo, no sudeste do atual Zimbábue, entre os séculos XII e XIII, com seu assentamento principal (capital) localizada na confluência entre o Limpopo e o rio Sashe. Até meados do século XIII, o Mapungubwe controlava a exploração e comércio de ouro com cidades no litoral, especialmente Quiloa e Sofala.

levando a um aumento exponencial de exportações e importações e uma estratificação social cada vez maior. Dessa forma, a “crescente riqueza dos chefes teria favorecido uma maior redistribuição da mesma, a concentração da população num centro comercial importante e a organização das forças de trabalho para que se construíssem as enormes muralhas do Grande Cercado e da Acrópole” (FAGAN, 2010, p. 602).

A extensão total e as fronteiras desse centro de poder permanecem mal definidas, mas chegou-se a um denominador comum de que suas linhagens dominantes localizavam-se na região conhecida atualmente como província de Masvingo, ao sudeste do atual Estado zimbabuano. Ruínas semelhantes ao complexo do Grande Zimbábue foram localizadas na região da Bumbusi (no Zimbábue) e Manikeni (em Moçambique); tratam-se de dezenas de sítios de dimensão menor, localizados nas proximidades de colinas, possivelmente destinados a assentamentos menores controladas por chefaturas locais, por sua vez assujeitadas ou vinculadas à autoridade mais centralizada do Grande Zimbábue: dessa forma, “é possível reimaginar o Grande Zimbábue não como um ponto urbano isolado em uma sucessão de assentamentos, mas como a capital de uma esfera de influência cultural que se estendia por todo sudeste africano” (PINTO, 2021, p. 111). Conforme diversos estudos (BANDANA, 2016; PHIMISTER, 1974), as sociedades do Zimbábue dominavam técnicas de extração de ouro e metalurgia; ainda que as minas no vale do rio Zambeze estivessem relativamente afastadas do Grande Zimbábue, localizadas à oeste, nas imediações das cidades de Nalatale, Dhlohdhlo, Kami e Chumnungwa, sabe-se que o Grande Zimbábue exercia um papel fundamental na intermediação do ouro que, posteriormente, era transportado rumo ao litoral para comercialização em especial às cidades suaílis na costa índica, a exemplo de Quiloa e Sofala.

Além de objetos associados às lideranças políticas do período, tais como pontas de lança feitas de bronze e gongos de ferro, arqueólogos localizaram, no conjunto situado atrás da Acrópole no Grande Zimbábue, objetos cerimoniais, a exemplo de tigelas de pedra e estatuetas de pássaros feitas em pedra-sabão. A presença desses objetos aos fundos do assentamento real possui significados religiosos, visto que, nas tradições culturais shona, atividades públicas são realizadas na parte frontal das casas ou residências, enquanto que as atividades privadas ou de caráter sagrado são desempenhadas aos fundos: assim, por exemplo, quando um indivíduo se conecta com os espíritos ancestrais, tais rituais são realizados aos fundos da casa, seguindo um princípio de organização cultural dos espaços. Por extensão, no conjunto foram localizados abrigos de pedra e passagens subterrâneas, considerados, dentro das culturas e religiosidades ancestrais shona, como lugares de conexão com o mundo espiritual. Destarte, ao lado de seus significados políticos e econômicos, o Grande Zimbábue possivelmente desempenhava importantes funções religiosas naquele centro de poder, em especial nos cultos aos ancestrais e ao Mwari (HUFFMAN, 1984, p.

594-595).

Fatores climáticos e transformações político-econômicas levaram ao esfacelamento do poder do Grande Zimbábue e o esvaziamento de sua capital por volta do final do século XV. Diversas hipóteses foram levantadas para explicar esse contexto, dentre as quais, aponta-se a uma drástica redução nas águas do rio Save, que era fundamental como via de acesso do litoral ao interior zimbabuano, o que deslocou o fluxo das atividades econômicas rumo ao rio Zambeze, localizado mais ao norte, o que diminuiu o papel comercial do Grande Zimbábue. Outras hipóteses destacam que o esvaziamento do Grande Zimbábue deveu-se a uma proliferação da mosca tsé-tsé, responsável pela transmissão de tripanossomíase animal que afeta principalmente gado bovino, e que, para evitar que o gado fosse dizimado, os habitantes preferiram abandonar a região em busca de áreas livres da mosca; além disso, algumas teorias apontam a um esgotamento do solo devido à continuidade de lavouras e de pastagens, além da extração ininterrupta de madeira, que teria levado a uma situação de exaustão ecológica e de vulnerabilização do Grande Zimbábue (SILVA, 1996, p. 413). Finalmente, é preciso também apontar, nesse momento (século XV), a emergência de novos centros de poder político ao nordeste e sudeste, especificamente o Mutapa (ou Monomotapa, Mwene Mutapa)³ e o Butuá (ou Torwa/Rozwi)⁴, além de outros poderes assujeitados como Manyika, Barué, Teve e Danda, e que passaram a disputar o controle pela exploração e comercialização do ouro (MUSCALU, 2012). Apesar de seu esvaziamento, o Grande Zimbábue continuou considerado como importante de um ponto de vista simbólico para as populações shona na região que, pelo menos até o final do século XIX, utilizavam-se das ruínas para a realização de rituais religiosos.

As primeiras descrições escritas acerca das ruínas do Grande Zimbábue remontam ao contexto de expansão colonial portuguesa rumo ao litoral africano índico e ao planalto zimbabuano, entre os rios Limpopo e Zambeze, na segunda metade do século XV e na virada do século XVI. Interessados em controlar o comércio de ouro e marfim no litoral, de modo a integrá-lo de forma mais eficaz nas rotas comerciais ultramarinas rumo à Ásia, os portugueses se dedicaram ao projeto

3 Possivelmente composto por grupos que se fragmentaram ou migraram do Grande Zimbábue, o (reino do) Monomotapa (ou Mwene Mutapa) impôs sua influência política sobre boa parte do planalto zimbabuano entre 1450 e 1629, controlando também o comércio do ouro com o litoral. O Monomotapa foi fortemente afetado pelas invasões portuguesas a partir do século XVI, que exploraram rivalidades internas para estabelecer interesses coloniais. Após diversas disputas internas e períodos de crise, o Monomotapa entrou em colapso ao longo do século XIX (PANSERA, 2012; MLAMBO, 2010).

4 O centro de poder Butuá ou Torwa (em referência à linhagem governante) estabeleceu-se no sudeste do Zimbábue, com seu assentamento principal em Khami, nas proximidades da atual cidade de Bulawayo. Na metade do século XVII, foi fragmentado internamente como resultado de uma guerra civil; naquele contexto, passou a ser governado pelos Rozwi, cujos chefes, conhecidos como Changamire, estavam em processo de expansão política a partir de sua capital, Danamgombe (também conhecida como Dhlo-Dhlo) e preservaram-se no poder até o início do século XIX, período em que a região foi invadida por guerreiros Nguni (ndebele) vindos do sul (PANSERA, 2012; MLAMBO, 2010).

de alcançar e conquistar as minas do Zimbábue, fonte principal do ouro transportado às cidades litorâneas. Além disso, diversos missionários europeus, especialmente jesuítas, rumaram à região, com o objetivo constante de cristianizar as populações africanas. Nas primeiras décadas do século XVI, os lusos, aproveitando-se de um contexto de rivalidades internas e guerras civis no Monomotapa, forçaram seus dirigentes a aceitar um tratado com Portugal, que obrigava este centro de poder shona a aceitar a presença de sacerdotes católicos e a construção de igrejas, além de comprometer-se a expulsar os mercadores islâmicos, designados no período de “mouros”, que se encontravam nos territórios do Monomotapa. Antes disso, graças a um tratado assinado em 1607, os portugueses já haviam garantido acesso às minas de cobre, chumbo, ferro e outro, em troca de auxílio militar (GONÇALVES, 2004, p. 87-89). Contudo, é preciso assinalar que, a despeito da crescente influência política dos portugueses nas sociedades da região, em especial do Monomotapa, ataques a comerciantes estabelecidos na feira de Dambare, organizados pelo mutapa (rei) Nyakunembire em 1693 promoveram a expulsão dos portugueses e luso-africanos nos territórios do planalto zimbabuano (MUSCALU, 2017).

Um dos primeiros relatos acerca do Monomotapa e das cidades de pedra no planalto zimbabuano encontra-se em uma carta de Diogo de Alcáçova, feitor de Sofala, escrita em novembro de 1506 e endereçada ao rei de Portugal, Dom Manuel. Na carta, o feitor descreve os centros de poder africanos na região do planalto zimbabuano, reiterando a importância da exploração de ouro e relacionando os edifícios de pedra ao “reino de Vealanga” (Monomotapa), possivelmente em referência a Kalanga, designação utilizada na época para se referir à parte das populações shona na região sudeste do Zimbábue (DIAS, 1961; RANGLES, 1981). Mais tarde, descrições dos edifícios de pedra aparecem nas *Décadas da Ásia*, obra publicada em Lisboa entre 1552 e 1563, de autoria de João de Barros, cronista português que viveu durante o reinado de D. João III. No primeiro tomo de sua obra, o cronista, informado por relatos transmitidos por comerciantes “mouros” (suailis ou afro-muçulmanos), refere-se às construções de pedra que “os da terra lhe chamam Symbae, que acerca deles quer dizer Corte; porque a todo lugar onde está Benomotápa [Monomotapa] chamam assim” (BARROS, 1777, p. 378). Ao descrevê-las, afirma que são formadas por uma “fortaleza quadrada, toda de canteria de dentro e de fora, muito bem lavrada de pedras de maravilhosa grandeza, sem aparecer cal nas juntas delas, cuja parede é de mais de vinte e cinco palmas e largo e a altura não é tão grande em respeito à largura” (BARROS, 1777, p. 378). Com relação aos construtores desses edifícios de pedra, João de Barros acrescenta que “como a gente da terra não tem letras, não há entre eles memória disso, somente dizerem que é obra do Diabo, porque comparada ao poder e saber deles, não lhes parece que a podiam fazer homens” (BARROS, 1777, p. 378-379). Por fim, teoriza que “cá por a semelhança dos edifícios parecem muito a outros, que estão na terra do Preste

João em um lugar chamado Acaxumo, que foi uma Cidade Câmara da Rainha Sabá, a que Ptolomeu chama Axumá, e que o Príncipe Senhor deste estado o foi destas minas” (BARROS, 1777, p. 380).

Algumas décadas mais tarde, outras descrições das ruínas aparecem no segundo livro do *Relatione del Reame di Congo et delle Circonvicine Contrade* (1591), de autoria do humanista italiano Filippo Pigafetta e do viajante português Duarte Lopes. Ao descreverem o “Império do Monomotapa”, Pigafetta e Lopes caracterizam-no como sendo de vasta extensão “de gente infinita, gentios e pagãos”, e reafirmam tratar-se de uma região onde se produz “quantidade grandíssima de ouro, que é transportada para todas as regiões vizinhas, em Sofala e nas terras da África” (PIGAFETTA, LOPES, 1591, p. 73). Conforme narrativas transmitidas por comerciantes e navegadores árabes, as minas no planalto teriam fornecido “ouro [ao rei] Salomão para o templo de Jerusalém o que não está longe de ser verossímil” (PIGAFETTA, LOPES, 1591, p. 73). Afinal de contas, acerca das ruínas de pedra, comparáveis à arquitetura bíblica, descrevem-nas como sendo “edifícios antigos de grande lavor e de boa arquitetura de pedra e cal e madeira, o que não é visto nas províncias vizinhas” (PIGAFETTA, LOPES, 1591, p. 73).

Sabe-se que nem Duarte Lopes e tampouco Filippo Pigafetta estiveram, pessoalmente, no planalto zimbabuano; seus relatos acerca das ruínas dos zimbábues e das populações no entorno, assim como em diversas outras descrições produzidas por europeus do período, baseavam-se em informações transmitidas por outros europeus, africanos, árabes, persas e indianos. Frequentemente, esses relatos, como visto nas narrativas do cronista João de Barros, reiteravam clichês descritivos, associando as ruínas do Grande Zimbábue ao mito do Preste João, um suposto reino cristão localizado em algum ponto desconhecido da África ou da Ásia, e que, no contexto da expansão ultramarina europeia, servia de pretexto ideológico para a invasão de outros territórios (PANEGASSI, 2019); ou às narrativas bíblicas do Rei Salomão, que, para decorar o templo erguido para abrigar a Arca da Aliança, teria utilizado ouro extraído dos reinos míticos de Ofir e de Sabá. Mas, acima de tudo, tais relatos, produzidos por indivíduos que estavam envolvidos direta ou indiretamente com a expansão ultramarina europeia, enfatizavam alguns dos mitos mais persistentes na história do colonialismo em África: “a ideia de que os povos subsaarianos seriam incapazes de realizar obras de engenharia complexa” (GONÇALVES, 2004, p. 89), ou ainda, de que os povos africanos seriam caracterizados por uma “passividade histórica” (KI-ZERBO, 1972, p. 17), de forma que todas as suas inovações culturais e transformações políticas seriam resultantes de influência de visitantes ou invasores externos.

Theodore Bent e as origens “semíticas” do Grande Zimbábue

Até a segunda metade do século XVIII, a região correspondente a parte dos antigos

territórios do Grande Zimbábue estavam ocupados pelo Rozwi, um centro de poder shona que se consolidou a partir do século XVII em contexto marcado pela fragilização do Monomotapa. Mais tarde, grupos de guerreiros nguni vindos do sul, conhecidos posteriormente como ndebele (ou matabele, nos documentos europeus do período), e liderados pelo chefe Mzilikazi, invadiram e ocuparam o planalto entre os rios Limpopo e Zambeze, provocando a fragmentação do poder Rozwi e estabelecendo seu assentamento principal em Bulawayo, no atual sudoeste zimbabuano. A partir do início do século XIX, a região também passou a ser novamente cobiçada pelos colonizadores europeus, especialmente portugueses, alemães, bôeres e britânicos que, por diversos caminhos, promoveram uma série de estratégias para ocupar territórios e controlar mão de obra na África meridional. Nesse contexto, viajantes e exploradores europeus, interessados em especial pela possibilidade de exploração de minérios preciosos, passaram a conhecer de forma direta as ruínas de pedra do Grande Zimbábue.

Conforme José Henrique Rollo Gonçalves (2004), por volta de 1860, um missionário luterano alemão chamado Alexander Merensky ouviu de um chefe local que, a cerca de 150 quilômetros ao norte do rio Limpopo, havia uma cidade de pedra em ruínas. As notícias logo alcançaram os ouvidos do caçador e comerciante teuto-americano Adam Render, que, durante um safári, localizou os conjuntos de pedra entre 1867 e 1868. Mais tarde, de setembro de 1871 a maio de 1872, o geólogo alemão Karl Mauch, informado pelos relatos de Render, realizou a sua primeira viagem de estudos científicos às ruínas do Grande Zimbábue. Além de observar os rituais das populações shona que viviam na região do complexo, Mauch investigou as ruínas e, três anos depois, divulgou seus resultados em uma publicação alemã, a *Petermann's Geographische Mitteilungen*. Reforçando mitos transmitidos por gerações de viajantes e cronistas europeus pelo menos desde o século XVI, Mauch concluiu que as ruínas do Grande Zimbábue eram uma cópia do templo de Salomão, hipotetizando que seus construtores haviam sido parte de uma civilização da Antiguidade em contato com as sociedades descritas na Bíblia (GONÇALVES, 2004, p. 95-96). Na virada do século, o explorador alemão Karl Peters também realizou uma série de expedições no vale do Zambeze em busca do mítico Ofir, produzindo ainda a hipótese de que as ruínas do Grande Zimbábue seriam um legado de antigos egípcios que, em busca de ouro, teriam estabelecido vínculos comerciais com as sociedades ao sul do rio Zambeze (PETERS, 1902). A partir daí, ganhava forma a chamada “controvérsia do Zimbábue”, expressão utilizada para se referir aos debates, tramados desde o final do século XIX, acerca das origens das sociedades que criaram as ruínas de pedra e exploraram as minas de ouro no planalto zimbabuano: fenícios, árabes ou egípcios figuravam, com certa frequência, nas hipóteses acerca das origens do Grande Zimbábue.

O período em questão relaciona-se a uma aceleração nos processos de ocupação colonial,

exploração de recursos naturais e mão de obra, e expropriação de terras na região entre os rios Limpopo e Zambeze por invasores europeus, em especial após a Conferência de Berlim (1884) que oficializou a “partilha” ou “roedura” do continente africano. Cecil Rhodes, o “magnata” da mineração, primeiro ministro da Colônia do Cabo (atual África do Sul) entre 1890 e 1896, e um dos principais articuladores do colonialismo britânico no final do século XIX, encabeçou a invasão colonial do planalto zimbabuano na década de 1890. Ancorado em ideias racistas que pressupunham a superioridade anglo-saxônica e seu direito de governar as chamadas “raças inferiores”, e com a intenção político-econômica de estabelecer domínios britânicos da Colônia do Cabo, ao sul da África, ao Cairo (Egito), no norte, Rhodes e sua companhia particular de exploração e comércio, a British South Africa Company (BSAC), estabeleceram, com autorização e concessão do governo britânico, controle colonial sobre uma região posteriormente designada de Rodésia do Sul. Para tanto, Rhodes e seus associados forçaram o chefe dos ndebele, Lobengula, a aceitar um tratado de amizade em troca de armamentos, o que, na prática, e sem o conhecimento de Lobengula, implicava na abertura do território ndebele (e de outros territórios adjacentes) e na submissão de seu povo, além da exploração de metais e minerais preciosos, ao domínio britânico. Os territórios até então ocupados pelas chefaturas ndebele eram cobiçados pelos colonizadores pela possibilidade de existirem amplos depósitos de ouro ou outros metais preciosos, de forma semelhante ao que ocorrera mais ao sul, nos territórios sul-africanos, onde, desde as décadas de 1860 e 1870 explorava-se ouro e diamantes. Apesar dos protestos de Lobengula, que enviou diversos emissários à Inglaterra para negociar a anulação do tratado, o governo britânico reconheceu a concessão do território a Cecil Rhodes e à BSAC. Municiado da carta de concessão do governo britânico, Rhodes organizou a chamada “coluna pioneira”, um grupo de aventureiros e exploradores europeus que marcharam rumo ao território ao norte do rio Limpopo e ocuparam efetivamente em nome do Império Britânico (MLAMBO, 2010, p. 40-44).

A invasão britânica levou ao colapso das chefaturas ndebele, especialmente a partir de 1893, quando o administrador da BSAC, Leander Starr Jameson, sob o pretexto de repelir um ataque ndebele sobre uma comunidade shona nas imediações de Fort Victoria (atual Masvingo), organizou um contra-ataque ao assentamento principal dos ndebele, Bulawayo, levando à destruição e à fuga de Lobengula. A destruição do poder ndebele levou à consolidação da autoridade britânica e da administração colonial na região, com o reconhecimento da nova colônia de Rodésia em 1898 (MLAMBO, 2010, p. 45). Convém destacar que esse processo foi amplamente questionado pelas comunidades ndebele e shona no planalto zimbabuano, especialmente por meio de movimentos de resistência armada conhecidos como Chimurenga (entre os shona) ou Umvukela (entre os ndebele) em 1896. Diversas causas levaram ao movimento, dentre os quais: os processos de interferência

colonial nas formas tradicionais de organização social e econômica entre os shona, incluindo sua participação em redes de comércio com o litoral; expropriação de terras outrora ocupadas por comunidades shona e ndebele, por meio da implementação de propriedades privadas; taxaço adicional de impostos coloniais sobre a população nativa; uso da violência policial para manter a ordem colonial, incluindo a arregaentação de policiais africanos, conhecidos como Polícia Nativa (Native Police); e, especialmente entre os ndebele, os ressentimentos pela destruição de sua unidade política e o contínuo confisco de gado e expropriação de terras. Na Matabelelândia, a Chimurenga perdurou de março a dezembro daquele ano, provocando perdas consideráveis à administração britânica; na Mashonalândia, as lutas continuaram até outubro de 1897. Entre suas principais lideranças, encontravam-se sacerdotes e profetas tradicionais, conhecidos entre os shona como “svikiro” ou “mhondoro”, a exemplo de Nehanda Nyakasikana, e que, responsáveis por rituais de incorporação ou possessão de espíritos ancestrais (PANSERA, 2017, p. 194), acreditavam que a presença branca havia sido a causa de sofrimentos como o trabalho forçado, a cobrança de impostos e os castigos corporais, além de calamidades naturais como pragas de gafanhotos e pestes bovinas. A repressão britânica levou a centenas de guerreiros mortos, e à prisão e execução das principais lideranças do movimento (CHANAIWA, 2010).

A partir da década de 1890, diversas expedições de caráter arqueológico, histórico-geográfico ou etnográfico rumo ao planalto zimbabuano foram patrocinadas por Cecil Rhodes e pela British South Africa Company, amplamente interessados na exploração de minérios a serem localizados no processo de implementação da administração colonial. Uma dessas expedições foi liderada pelo explorador britânico James Theodore Bent (1852-1897), um arqueólogo amador com experiência prévia de pesquisa de campo nas ilhas gregas e no golfo pérsico, e com interesse particular nas origens da civilização fenícia, associando-as à península arábica e à região do Bahrein. A expedição rumo ao Zimbábue foi patrocinada pela BSAC, pela Royal Geographical Society e pela British Association for the Advancement of Science, e envolveu uma exploração das ruínas de pedra no Grande Zimbábue, assim como de complexos menores localizados na Mashonalândia. O resultado de suas investigações, um misto de relato de viagem e compilado de informações arqueológicas derivadas da exploração dos complexos de pedra no planalto zimbabuano, foi publicado em 1892 em um volume intitulado *The Ruined Cities of Mashonaland*, que incluía, ainda, capítulos de autoria de Robert McNair Wilson Swan, engenheiro responsável pela medição e mapeamento das ruínas.

Além das investigações arqueológicas, Bent afirma que seus relatos se ocupam de “estudar a raça que agora habita a região, além do mais pois empregamos mais de cinquenta deles durante nossas escavações no Zimbábue [...] e tivemos contato muito próximo com a maior parte dos seus

chefes” (BENT, 1895, p. 31). Caracterizando as populações no planalto como “Makalanga”, considera-os como descendentes do antigo Monomotapa, e ainda “uma raça Abantu [Banto], semelhante aos Zulus, ainda que uma vertente mais fraca cujos dias estão contados” (BENT, 1895, p. 33); e seus chefes, mesmo que utilizando referências à autoridade mais antiga e centralizada do Monomotapa, foram descritos por Bent como parte de uma “comunidade fragmentada, da mesma forma como todas as comunidades nativas fazem depois de uma geração, rumo a um estado de desintegração sem solução” (BENT, 1895, p. 33). Desta forma, logo nas primeiras páginas de seu relato, Bent esforça-se em caracterizar as populações nativas que habitavam o planalto zimbabuano, em especial os kalanga, a partir de um vocabulário de degenerescência racial, apresentando-as como fadadas à fragmentação sociopolítica e extinção; ou, ainda, destinadas à destruição mútua, já que, “os nativos, vivendo da sua forma nas vilas às colinas [...] constantemente envolvem-se em guerras intertribais, roubando suas mulheres e gado quando surge a oportunidade e nunca sonhando em se unir contra um inimigo em comum” (BENT, 1895, p. 43). Essas narrativas eram recorrentes nos discursos coloniais produzidos no final do século XIX, com o objetivo de justificar ou legitimar a apropriação de vastos territórios por colonizadores europeus sob a alegação de que as comunidades africanas estavam destinadas a desaparecerem ou se autodestruírem sem a tutela, descrita como justa e benevolente, dos europeus. Bent reforçou essa caracterização das comunidades shona alhures, em uma publicação na *Scottish Geographical Magazine* em 1892:

[As populações da Mashonalândia] são um povo nativo oprimido e empobrecido, atacado pelos Zulus, por um lado liderados por Lobengula, e por outro lado por Gungunyana. Eles agora vivem entre as rochas e cavernas nas montanhas, para onde fogem diante da aproximação do inimigo, e presenciam a destruição de seus lares e o roubo de seu gado. Eles são uma raça que obviamente conheceu dias melhores, mantendo em si os traços de uma civilização superior nas suas habilidades metalúrgicas, na sua escultura e ornamentação, nos seus instrumentos musicais e muitas outras coisas. [...] Dessa forma, eu creio, podemos sem sombra de dúvida considerar os Makalanga de hoje como descendente diretos da poderosa tribo Monomotapa, a qual dominou essa região por séculos antes da ascensão dos poderosos Zulus, que aniquilaram a quase-civilização existente aqui pouco tempo depois dos portugueses redescobrirem essa região no final do século XV (BENT, 1892, p. 534-535).

Ainda que reconhecendo que o intelecto dos kalanga fosse “acima do nativo comum”, Bent relaciona as capacidades físicas e intelectuais dessas populações à presença de uma “gota de sangue semita em suas veias” (BENT, 1895, p. 56). Dessa forma, ao discutir sobre a racialidade dos shona kalanga, Bent enreda uma das suas principais hipóteses ao tratar, posteriormente, das origens do Grande Zimbábue: a suposta influência de povoações semitas que, ao longo do tempo, teriam se misturado às populações nativas para dar origem aos kalanga. Assim, descreve os kalanga como

“decididamente bonitos, e muito diferentes dos negros exceto pela [cor da] pele; muitos deles tem uma aparência decididamente árabe [...]” (BENT, 1895, p. 56), exemplificada pelos “narizes arqueados, lábios finos, e um tipo usualmente refinado de semblante” (BENT, 1895, p. 66). O que se observa aqui, bem como nos quadros explicativos de Theodore Bent acerca do Grande Zimbábue, é uma tentativa de associar realizações técnicas ou tecnológicas produzidas por sociedades africanas – nesse caso, complexos de pedra construídos para uma elite shona entre os séculos XIII e XV – com supostos invasores estrangeiros de pele mais clara, negando ou invisibilizando os passados africanos para, assim, justificar ou legitimar uma contemporaneidade marcada pela expansão do colonialismo e a apropriação de territórios por europeus.

Ao tratar sobre as ruínas do Grande Zimbábue, e demais descobertas arqueológicas realizadas nas imediações do complexo, Theodore Bent reforça sua crença nas origens semíticas, e especificamente nas influências árabes e fenícias sobre a sociedade responsável pela construção daqueles conjuntos de pedra. Para Bent, era evidente que “uma raça pré-histórica construiu as ruínas dessa região [...], uma raça semelhante aos míticos habitantes da Grã Bretanha e da França que construíram Stonehenge e Carnac, uma raça que continuou em posse até o alvorecer da história” e que, eventualmente “foi influenciada e talvez absorvida pelas organizações mais poderosas e estáveis dos semitas” (BENT, 1895, p. 222). Outro exemplo da atribuição de origens semíticas ou fenícias encontram-se nas explicações fornecidas por Bent acerca das oito estátuas de pássaros em pedra-sabão localizadas no complexo: para o explorador britânico, as peças seriam “muito próximas à [deusa] Astarte dos assírios ou Vênus, e representa o elemento feminino na criação. Pássaros semelhantes eram consagrados a Astarte entre os fenícios e eram frequentemente representados como empoleirados nos seus santuários” (BENT, 1895, p. 184-185). Além do mais, caracterizando os pássaros como representações de “abutres”, sugere que trata de uma “distinta influência semítica” (BENT, 1895, p. 188) e enfatiza que “encontramos o abutre como o totem de uma tribo do sul da Arábia no tempo da supremacia Himiarita, e era adorado lá como o deus Nasr” (BENT, 1895, p. 186). Da mesma forma, a presença de entalhes identificados por Bent como “rosetas” em pilares de pedra no Grande Zimbábue atestariam para as influências semíticas, já que “a roseta é outro símbolo distintamente fenícios utilizado para indicar o sol” (BENT, 1895, p. 189).

Convém mencionar que, nas últimas décadas, a historiografia africana e africanista demonstrou que, diferentemente do que pressupunham arqueólogos e historiadores coloniais do século XIX como Theodore Bent, as estátuas de pedra-sabão representando pássaros e localizadas nas ruínas do Grande Zimbábue correspondiam a elementos simbólicos e religiosos da cultura shona, em especial a crença na força da ancestralidade. Com base em documentos escritos e nas tradições orais, chegou-se a um consenso de que essas estátuas representam aves de rapina,

possivelmente águias que, nas culturas shona do planalto zimbabuano, eram consideradas como mensageiros entre o mundo humano e o mundo espiritual. Nas crenças shona, uma águia conhecida como “pássaro dos céus” (*shiri ya denga*) é descrita como a produtora de raios, ou ainda “a agulha que conecta os céus e a terra”, portanto, atuando de forma mediadora entre o divino e o humano. Nas religiosidades tradicionais shona, os espíritos ancestrais agem de forma paralela: os espíritos refletem a importância política do ancestral quando estava vivo, de modo que os espíritos de chefes mortos continuam responsáveis pela proteção de sua comunidade, em especial de calamidades naturais ou epidemias. Desvinculados de seus corpos físicos, são capazes de voar livremente como pássaros. Dessa forma, as estátuas de pedra-sabão localizadas nas ruínas do Grande Zimbábue “são claramente uma metáfora para o papel intercessório dos ancestrais reais” (HUFFMAN, 1985, p. 70), representando os espíritos de chefes mortos possivelmente evocados para proteção da comunidade contra desastres e epidemias, ou ainda para proteger os chefes ainda vivos.

Outros objetos localizados nas ruínas do Grande Zimbábue reforçariam, na perspectiva de Theodore Bent, as suas origens “semíticas”. Um exemplo disso eram as tigelas de pedra encontradas no sítio arqueológico e que “representavam em sua borda externa uma cena de caça; é cuidadosamente entalhada, e tem em vários pontos uma grande semelhança com objetos de arte produzidos pelos fenícios” (BENT, 1895, p. 196). Os entalhes nos vasilhames de pedra, compostos por “uma procissão de animais africanos tratados em um estilo fenício” (BENT, 1895, p. 197), além de outras peças, ao exemplo de gongos de ferro ou armas, não poderiam ser de origem africana, visto que, no argumento de Bent, “nada como isso jamais saiu de uma oficina nativa, e os padrões das azagaias ou das lanças e pontas de flecha são provavelmente de grande antiguidade” (BENT, 1895, p. 211). Na visão de Theodore Bent, uma das principais evidências das origens externas do Grande Zimbábue residiria no formato elíptico das suas áreas religiosas, o qual, seria “uma forma de templo localizada em Marib, o antigo Sabá, e a capital do reino de Sabá na Arábia, e no castelo de Nakab al Hajar, também nessa região” (BENT, 1895, p. 105). Como se sabe, a associação com o reino de Sabá, e especialmente com as narrativas bíblica do Rei Salomão e do Ofir, já transpareciam nos relatos de cronistas e viajantes portugueses desde o século XVI, muitos dos quais, ao exemplo de João de Barros, utilizados por Bent como fontes históricas. Os relatos de Bent atualizam esses preceitos utilizando argumentos que relacionavam os povos sabeus (historicamente localizados no sul da península arábica, no atual Iêmen), com as culturas fenícias e, por sua vez, atribuindo uma origem externa às ruínas do Grande Zimbábue.

Por fim, outro elemento apontado por Bent como sintomático da influência semítica seria a ausência de um cemitério nas imediações, o qual “teria um paralelo com a Arábia na Antiguidade [...] onde acres e acres de elevações contem milhares de túmulos e nenhum vestígio de cidades nas

imediações” (BENT, 1895, p. 121). Os únicos túmulos localizados por Bent foram “restos nativos que encontramos em abundância, e um pequeno cemitério de cerca de vinte túmulos de pedra robusta empilhada sobre os corpos, há dez milhas do [Grande] Zimbábue” (BENT, 1895, p. 121): o distanciamento desses sepulcros possivelmente está relacionado às crenças shona acerca da ritualística fúnebre, que considera os túmulos como espaços a serem temidos e reverenciados, em especial por meio de rituais de purificação que utilizam água e bebidas fermentadas, conhecidos como *doro remvura*, realizados poucos dias após o enterro (SHOKO, 2007), e o *kurova guva*, realizado cerca de um ano após o sepultamento, e que consiste no “retorno” ritualístico do espírito, ou dos restos fúnebres, à residência de sua família, para assim transformar o morto em ancestral e garantir “um lugar definitivo na hierarquia familiar e comunitária” (PANSERA, 2017, p. 287-288).

Conforme destaca Gonçalves (2004), a chamada “hipótese fenícia” acerca das origens do Grande Zimbábue era intrincada e bem mais ampla do que os debates levantados pelos arqueólogos do período. Em partes, a “hipótese fenícia” derivava de interpretações do Velho Testamento, especialmente “a conversão em grupos raciais dos descendentes dos filhos de Noé” (GONÇALVES, 2004, p. 99). Como se sabe, desde o período tardo-medieval difundia-se, no pensamento cristão, o mito da “maldição de Cam”, mediante o qual Cam, um dos filhos de Noé, teria sido condenado à servidão e obediência aos seus irmãos após ter presenciado seu pai nu e embrigado; esse argumento foi utilizado, durante muito tempo, para justificar a escravização de africanos, considerados como descendentes de Cam (MACEDO, 2001). Os fenícios, categorizados em algumas interpretações da narrativa bíblica seriam os descendentes de outro filho de Noé, Sem, e portanto, na condição de semitas, superiores aos herdeiros de Cam; dessa forma, “a ideia de que as construções eram semíticas dispensava uma referência precisa a um povo específico” (GONÇALVES, 2004, p. 99), daí as referências intercaladas de Theodore Bent a origens fenícias e árabes, ou “semitas” em um sentido amplo.

Essas narrativas de caráter moral ou religioso eram atualizadas nos contextos coloniais do último do quartel do século XIX. Isso porque, ao afirmar as supostas origens semíticas do Grande Zimbábue – hipótese que, como se viu, foi derrubada pela historiografia recente, que confirmou as origens shona do complexo – Theodore Bent reforçava a crença na incapacidade de povos e sociedades africanas, invisibilizando ou marginalizando seu passado em torno da ideia de um passado semítico que, associado em especial ao mundo mediterrâneo, reiterava as políticas de ocupação colonial branca no planalto zimbabuano. Povos semitas no passado, povos anglo-saxônicos ou britânicos no presente: as narrativas de Bent, assim como de muitos outros de seus contemporâneos, esforçavam-se para legitimar a invasão colonial com base no argumento de que, em um passado remoto, outros povos invasores colonizaram o planalto zimbabuano, levaram

civilização e progresso técnico/tecnológico ao continente africano. Bent mobilizava esse argumento em um momento no qual o Estado colonial, estruturado em torno da violência colonial e do racismo, da expropriação de terras ancestrais e exploração de mão de obra africana, negava direitos políticos e civis às populações no continente africano, dentre os quais, o direito à história e à memória. Assim, ao afirmar um passado não-africano para o Grande Zimbábue, esses discursos coloniais sugeriam que “a colonização da Rodésia e a subjugação dos Banto poderia ser justificada com base de que os britânicos estariam repatriando um território anteriormente branco, e reestabelecendo a civilização” (TANGRI, 1990, p. 295).

Tendo esse objetivo em mente, Cecil Rhodes e sua BSAC patrocinaram diversas expedições com o objetivo de escavar ruínas zimbabuanas para reforçar o mito de um passado semita na região – e, eventualmente, identificar possíveis jazidas de minérios ou outras riquezas a serem exploradas. Os diversos relatos e narrativas produzidas acerca do Grande Zimbábue na segunda metade do século XIX contribuíram para a ideia de que o planalto zimbabuano, assim como no passado longínquo, ainda possuía ricos depósitos de ouro, a serem explorados pelos colonizadores europeus; com efeito, panfletos publicados pela BSAC na virada dos anos de 1890 reforçavam a crença no mito do Ofir, para assim atrair investidores europeus e incentivar a vinda de trabalhadores brancos para a região. A ideia de um “Eldorado africano”, contudo, começou a perder forças ao longo da última década do Oitocentos, quando ficou mais evidente que, diferentemente do que ocorria no sul da África, onde a exploração de ouro e diamantes ocupava lugar central na economia colonial, o território zimbabuano não possuía os recursos minerais que se esperava, levando os colonizadores britânicos a redirecionar seus interesses para a exploração da terra e os investimentos no capitalismo agrário (MLAMBO, 2010). Os processos de expropriação das terras nativas, iniciados desde a “coluna pioneira” de Rhodes em 1890, se intensificaram nos decênios seguintes, em especial pela criação de novos impostos voltados a forçar africanos para longe de suas terras ou pela criação de um sistema de reservas que confinava e segregava a população nativa a uma parte pequena do território (NYAMBARA, 2001).

H. Rider Haggard e *Elissa, or the Doom of Zimbabwe*

Narrativas como aquelas produzidas por Theodore Bent, assim como diversos de seus contemporâneos que reforçavam a “hipótese fenícia” ou o mito das origens semíticas do Grande Zimbábue, contribuíam para a invisibilização dos passados africanos e, consequentemente, alinhavam-se com as práticas políticas coloniais que, a partir da segunda metade do século XIX, voltavam-se à exploração da mão de obra e expropriação de terras africanas. Theodore Bent e outros historiadores daquele momento enquadravam-se num paradigma que Carlos Lopes (1995)

designou de “inferioridade africana”, isto é, responsáveis por fornecer uma “interpretação simplista e reducionista” das experiências históricas de sociedades africanas, caracterizando-as como ausentes de “fatos históricos antes da colonização” (LOPES, 1995, p. 21-22). Naquele contexto, marcado pela formação da História enquanto campo disciplinar, diversos historiadores coloniais reforçavam a ideia de que a história africana iniciaria apenas com a expansão ultramarina europeia; devido à pressuposição da ausência de documentação escrita, as sociedades e culturas africanas seriam de interesse etnográfico, linguístico ou folclórico, mas de pouco interesse histórico. Essas interpretações estavam profundamente entrelaçadas ao colonialismo – e às vezes, como no caso de Theodore Bent, diretamente vinculadas ou patrocinadas por agentes coloniais – dicotomizando as sociedades africanas (tradicional versus moderno, oral versus escrito, civilizado versus “primitivo” etc.) e, por extensão, reforçando a “necessidade de civilizar o africano, modelando-o, mesmo esteticamente, ao que é considerado superior” (LOPES, 1995, p. 22).

Outras narrativas acerca das origens semíticas do Grande Zimbábue foram disseminadas pela literatura do período, especialmente em romances produzidos por escritores de língua inglesa. Segundo Daniel Tangri (1990), um dos primeiros textos literários a tratar sobre as ruínas do Grande Zimbábue foi o *The Ruined Cities of Zululand*, do militar Hugh Mulleneux Walmsley, um misto de romance aventuresco e narrativa de viagem publicado originalmente em 1869, o qual reforçava diversos preconceitos raciais do período, especialmente ao caracterizar as populações da África meridional como “inferiores” e “primitivas”. Além disso, reiterava a ideia de que as ruínas de pedra no planalto zimbabuano eram relíquias de uma “antiga raça de colonizadores” (TANGRI, 1990, p. 294), e que as antigas minas de ouro haviam servido ao rei Salomão, retomando, portanto, um imaginário difundido pelo menos desde os relatos deixados por cronistas portugueses no século XVI e XVII: a crença no mítico Ofir, fonte das riquezas do reino de Salomão. Como se viu, essa hipótese persistiu pelo menos até o século XIX, de modo que diversas narrativas acerca do planalto zimbabuano ancoravam-se na expectativa de encontrar o Ofir e suas minas de ouro. Em suma, *The Ruined Cities of Zululand* refletia duas principais tendências presentes nos discursos coloniais do período: a crença na incapacidade das sociedades africanas em produzir obras arquitetônicas e deixar legados como o Grande Zimbábue; e a associação entre o planalto zimbabuano, as ruínas de pedra e antigos invasores/colonizadores semíticos.

Exemplo dessas tendências encontra-se em *Elissa, or the Doom of Zimbabwe* (1900), romance histórico de autoria de H. Rider Haggard (1856-1925). Considerado como um dos principais articulistas do romance de aventura no final do século XIX, a trajetória de Haggard evidencia uma série de conexões com a expansão do colonialismo britânico no sul da África: na sua juventude, na década de 1870, atuou na administração colonial na Colônia de Natal e, por um breve

período, na Colônia do Transvaal; posteriormente, deixou o serviço público para gerir uma fazenda de avestruzes no Transvaal, deixando o sul da África apenas no início dos anos de 1880, em um contexto marcado por conflitos entre britânicos e bôeres pelo controle do território transvaalense. Após retornar à Inglaterra, Haggard inseriu-se no campo literário, produzindo romances de aventura ambientados no continente africano e, de um modo geral, protagonizado por homens (jovens, brancos) que se lançam ao interior da África em busca de riquezas ou civilizações perdidas. Haggard transformou-se em uma celebridade literária com a publicação de *King Solomon's Mines* (1885) e *She, a History of Adventure* (1887), romances aventureiros que, muito possivelmente inspirados pela “controvérsia do Zimbábue”, enredavam a hipótese de civilizações esquecidas na África Central as quais, em contato com africanos, teriam entrado em decadência. Por meio de seus romances aventureiros, Haggard deixava evidente um ávido engajamento com a manutenção do colonialismo britânico no sul da África, imaginando-o como uma força benevolente que levaria civilização e justiça aos territórios coloniais; em seus romances, a África era idealizada como um continente repleto de oportunidades econômicas para aqueles poucos homens bravos que deixavam a metrópole para trás e encaravam vivências aventureiras e de riscos em nome do Império Britânico (MCCLINTOCK, 2010).

Elissa não foi o primeiro texto no qual Haggard discutiu as origens e o abandono do Grande Zimbábue, reiterando diversas das ideias levantadas por Karl Mauch, Theodore Bent e outros contemporâneos. Isso porque, alguns anos antes, Haggard prefaciou o livro *Monomotapa (Rhodesia): Its Monuments, Its History from the Most Ancient Times to the Present* (1896), do historiador sul-africano Alexander Wilmot. Em nota introdutória, Wilmot afirma que *Monomotapa* foi o resultado de pesquisas acerca da “história do maravilhoso país de Monomotapa, o Ofir do Rei Salomão, e a terra marcada como ‘rica em ouro’ nos mapas do século dezesseis e dezessete” (WILMOT, 1896, p. vii), sob o patrocínio de “Sr. Rhodes” e de sua companhia. Dividido em três partes, *Monomotapa* dedica-se ao estudo dos três grupos que, na perspectiva de Wilmot e muitos dos seus contemporâneos, teriam sucessivamente colonizado o planalto zimbabuano no passado: fenícios, árabes e portugueses, concluindo que “não há nenhuma dúvida que ambos os colonizadores fenícios e árabes misturaram-se com a população [nativa] por meio de casamentos. Os Mashonas [shona] ainda utilizam na sua cerâmica um padrão de ornamentos oriundos dos tempos fenícios e dos monumentos e cultos fenícios” (WILMOT, 1896, p. 119). O ponto de partida de Haggard no prefácio à obra de Wilmot concerne à representação do sudeste africano como uma região inexplorada, habitada por animais selvagens e populações racialmente condicionadas à autodestruição: “até anos recentes suas regiões inexploradas haviam gerado, desde o início, nada exceto feras selvagens e homens negros quase tão selvagens, os quais, por anos incontáveis,

seguiram seu caminho de destruição” (HAGGARD, 1896, p. xiii). Nesse ponto, é possível observar as marcas de um dos elementos mais recorrentes nos discursos colonialistas produzidos no século XIX, o chamado “mito das terras vazias”, a saber, a ideia de que o continente africano encontrava-se permeado por vastos territórios destituídos de ocupação humana ou por “povos colonizados” que “não habitam a história propriamente dita, mas existem num tempo permanentemente anterior no espaço geográfico do império moderno como humanos anacrônicos, atávicos, irracionais” (MCCLINTOCK, 2010, p. 58).

Assim, Haggard enfatiza o aspecto civilizador gerado pela expansão colonial, capaz de engendrar o desenvolvimento econômico e político da região. Haggard não possui dúvidas de que “a existência de grandes ruínas nos territórios conhecido como Matabele e Mashonalândia” deriva de uma “raça de homens civilizados” (HAGGARD, 1896, p. xviii). Em sua narrativa, as ruínas do Grande Zimbábue representam um passado de civilizações perdidas de origens semíticas, as quais teriam sido subsequentemente substituídas por “uma nova incursão de bárbaros”, “provavelmente esses selvagens eram dos setores Zulus da raça Banto” (HAGGARD, 1896, p. xviii). Em conformidade à hipótese reiterada por Theodore Bent, Haggard apresentava-se como um fervoroso adepto das origens fenícias do Grande Zimbábue, de modo a perpetuar aos leitores a premissa de um passado semítico em solo africano e, simultaneamente, alertá-los aos riscos representados por aquelas que eram consideradas como raças inferiores. Em sua perspectiva colonialista, Haggard vai ainda mais longe, categorizando os fenícios como “uma raça aventureira, os ingleses do mundo antigo”, ainda que “sem a honra inglesa” (HAGGARD, 1896, p. xvii).

A premissa política dessas narrativas articulava-se a um objetivo comum a muitos homens engajados com a expansão colonial na África meridional: o esforço em erigir simbolicamente um passado e uma identidade branca para o continente africano, para assim justificar e legitimar suas ambições coloniais e simultaneamente recusar a história da África negra e negar a identificação de africanos com seus territórios (DUESTENBERG, 2015). Na visão de Haggard, a saga dos fenícios na Antiguidade tornava-se paralela ao colonialismo britânico no século XIX e à exploração da mão de obra africana, na medida em que a busca por minérios demandava “o auxílio do trabalho nativo, que necessitava a constante presença e supervisão de um vasto número de homens armados e civilizados” (HAGGARD, 1896, p. xviii). Contudo, se os fenícios eram descritos como precursores da presença britânica na região, o prefácio embebia-se em certas preocupações políticas concernentes à manutenção do colonialismo: à imagem da opulência e da grandiosidade gerada pela exploração dos recursos naturais na região, o letrado contrapunha a sombra de impérios arruinados devido às resistências nativas, afinal, os fenícios “vieram, ocuparam e construíram, e então desapareceram, provavelmente em alguma forma violenta e repentina, possivelmente provinda de

alguma insurreição de seus escravos” (HAGGARD, 1896, p. xix). O tema da “queda” do Grande Zimbábue e o risco apresentado pelas insurreições nativas foram retomados por Haggard alguns anos após a publicação de *Monomotapa*, no romance histórico *Elissa*, em um contexto que, como se viu, os avanços do colonialismo deparavam-se com as resistências dos shona e ndebele.

A trama de *Elissa* ambientava-se “há três mil anos atrás” (HAGGARD, 1900, p. 232) em Zimboe, cidade explicitamente identificada por Haggard como o Grande Zimbábue, e caracterizada pelo letrado como uma espécie de colônia fenícia na Antiguidade: com base nos textos de Wilmot e Bent, Haggard afirma aos seus leitores que se trata do “Zimbábue fenício [...] uma cidade fenícia no interior, ou pelo menos uma cidade cujos habitantes eram de uma raça que praticava os costumes fenícios e adorava as divindades fenícias”, construída por “homens civilizados no coração da África” (HAGGARD, 1900, p. 67). Neste cenário, Haggard apresenta o elemento central do romance: uma história de amor entre o príncipe israelita Aziel, descrito como descendente do rei Salomão e de uma princesa egípcia, e a fenícia Elissa, sacerdotisa da deusa Baaltis e filha de Sakon, o governador da cidade de Zimbábue. Além dos contrastes religiosos, o amor de Aziel e Elissa é ameaçado pela ira de Ithobal, um poderoso rei local descendente de fenícios e africanos, e que ameaça atacar o Zimbábue para forçar Elissa a se tornar sua esposa. A trama encerra-se com as mortes de Elissa, que se sacrifica para salvar Aziel, e de Ithobal, cujos guerreiros nativos invadem e destroem a cidade de Zimbábue, deixando para trás, no desfecho, apenas “uma desolada torre acinzentada de pedra e, abaixo dela, os ossos destruídos dos homens” (HAGGARD, 1900, p. 232).

Ao descrever a cidade, Haggard possivelmente recuperou elementos presentes nos relatos de Theodore Bent, cuja obra possuía mapas das ruínas e ilustrações que visavam reconstituir o complexo arquitetônico, bem como a crença de que o Grande Zimbábue identificava-se com o “Ofir dourado da Bíblia” (HAGGARD, 1900, p. 69). A “Grande Cidade” (HAGGARD, 1900, p. 70) era descrita como epicentro da exploração do ouro, frequentemente mencionado ao longo do romance tanto sob a forma de moeda de troca quanto na ornamentação de seus personagens. Cercada por muralhas de pedra, Haggard descreve as “torres de observação, alternando com monólitos pontudos e colunas de pedra-sabão suportando abutres, emblemas rudemente esculpidos da Baaltis” (HAGGARD, 1900, p. 102); em outra parte da cidade, encontravam-se as “casas de telhado achatado, cercadas por uma muralha dupla, e para além dessas haviam milhares de cabanas de palha, no formato de colmeias de abelha, onde viviam os nativos da região, escravos ou servos da raça fenícia” (HAGGARD, 1900, p. 101). Em contraste aos “comerciantes árabes, de longas barbas ou os fenícios com seus barretes pontudos”, Haggard ainda descreve os “selvagens, nus com exceção de suas cintas, e armados com grandes lanças, que observavam com espanto nas maravilhas desse mercado dos homens brancos” (HAGGARD, 1900, p. 103). Dessa forma, ancorando-se em

estereótipos racistas, Haggard descreve as populações africanas como “primitivas” e “selvagens”, presentes na narrativa literária apenas na condição de mão de obra servil daqueles que, na sua visão, haviam construído o Grande Zimbábue.

Com efeito, a questão racial encontrava-se no cerne de *Elissa*: em primeiro lugar, porque seu antagonista, o rei Ithobal, era descrito como resultado da “mistura de raças”, sendo “o filho de uma rainha Africana nativa, ou uma chefatura, e um nobre fenício”; seu aspecto mestiço ficava evidente na fisionomia, pois detinha “nariz e maçãs-do-rostro de perfil Semítico, enquanto que os olhos grandes, proeminentes, e os lábios espessos, sensuais, poderiam ser de igual certeza atribuído ao negróide” (HAGGARD, 1900, p. 87-88). Na visão de mundo de Haggard, presente em diversos de seus romances, a mestiçagem, considerada como um risco elevado para homens nos territórios coloniais, seria responsável por produzir indivíduos instáveis e degenerados (SILVA, 2020). Nos contextos coloniais do período, reforçava-se a ideia de que indivíduos mestiços encontravam-se em uma zona intermediária em termos sociais, raciais e políticos, seriam destituídos de uma “harmonia interna ao ser”, e por integrarem uma sociedade que diminuía as possibilidades de mobilidade social, enquadravam-se em uma espécie de “limbo jurídico”, uma identidade de entremeio, portanto desclassificados enquanto sujeitos políticos e tampouco submetidos às leis nativas (MAMDANI, 1996, p. 19). Além disso, Ithobal seria responsável pela queda da cidade de Zimbábue, ao provocar a invasão das “tribos selvagens dos arredores” e que, durante muito tempo “sofreram nas mãos [...] dos fenícios, que há séculos assentaram-se na região como comerciantes” (HAGGARD, 1900, p. 123). Assim, o ataque que levou à destruição do Zimbábue é descrito nos seguintes termos:

Era uma visão terrível e espantosa, essas hordas de guerreiros emplumados, suas lanças brilhando sob o sol nascente, e suas faces ferozes iluminadas pelo ódio hereditário e o desejo de matança. Nunca Aziel tinha visto tamanho espetáculo, tampouco ele poderia olhar sem temer a guerra, pois se fossem selvagens, esses inimigos eram bravos como os leões de suas próprias planícies, e tinham prometido pela cabeça de seu próprio rei que iriam derrubar as muralhas do Zimboe com suas mãos nuas, ou morrer até o último homem (HAGGARD, 1900, p. 214).

Direta ou indiretamente, Haggard alinhava-se aos temores compartilhados pela elite colonial e pelo colonato branco na Rodésia (Zimbábue) em meados da década de 1890, ao aludir aos riscos apresentados pelas resistências e lutas africanas, a exemplo da Chimurenga ou Umvukela. Dessa forma, além de negar as origens africanas do Grande Zimbábue, Haggard reitera sua percepção das resistências africanas como riscos ao domínio europeu, enfatizando, aqui e alhures, a necessidade da tutela colonial sobre as populações categorizadas como nativas, simultaneamente relegando-as a um lugar específico pela sua incorporação à sociedade colonial: na condição de mão de obra, seja a

serviço de companhias europeias na mineração ou nas fazendas controladas pelo colonato branco.

Tanto o romance de Rider Haggard quanto a obra de Theodore Bent, ao lado de outros relatos acerca do Grande Zimbábue produzidos por viajantes, cronistas e exploradores europeus, estavam associados à construção do que Valentim Mudimbe (2019) designou de “biblioteca colonial”, ou seja, um conjunto de enunciados discursivos acerca da África e das sociedades africanas, reiteradamente embasados em referenciais eurocêtricos e colonialistas que inviabilizam uma leitura plural e intercultural do mundo. Além do mais, muitos desses textos formavam um circuito fechado de transmissão de estereótipos e imaginários acerca do continente africano, reforçando ou atualizando mitos sobre os passados africanos: os relatos bíblicos do rei Salomão e o mito do Ofir, a crença no Preste João ou a “hipótese fenícia” ou “semítica” eram ideias que circulavam nesses discursos produzidos em temporalidades distintas, mas comprometidos com a expansão colonial europeia na África austral. Ao invisibilizar os contextos africanos do Grande Zimbábue, entre outras inovações técnicas e tecnológicas, esses textos contribuíam para a formação de “uma cultura colonial” (BHABHA, 2013, p. 118) negando o direito à história e à memória para populações africanas. Assim, os textos referenciados alinhavam-se a interesses da elite colonial nas últimas décadas do século XIX: negar os direitos à terra, para estabelecer um controle mais efetivo sobre a mão de obra africana, especialmente aqui dos shona e ndebele, desvinculando-a de suas comunidades ancestrais, apartando-as das lideranças tradicionais, e simultaneamente negando direitos políticos e sociais.

Considerações finais

Os processos de invasão colonial e “roedura” do continente africano intensificaram-se na segunda metade do século XIX, especialmente a partir da Conferência de Berlim, que oficializou a partilha da África entre as potências europeias, baseando-se, entre outras questões, no princípio da “posse efetiva” dos territórios coloniais. Nesse contexto, também se intensificaram as formas de marginalização e invisibilização da história das sociedades africanas, com o objetivo político de justificar a expropriação de terras e a exploração contínua da mão de obra africana, utilizando-se, como argumento, o princípio “civilizatório” relacionado no período ao Estado colonial. Um dos exemplos desse contexto de encobrimento das histórias e memórias de sociedades e culturas africanas foi a negação das origens africanas no Grande Zimbábue, um conjunto arquitetônico em ruínas localizadas no sudoeste do atual Zimbábue, região que se tornou alvo de práticas políticas coloniais nas últimas décadas do Oitocentos, especialmente pela ação de companhias particulares interessadas na exploração de metais preciosos, sobretudo de ouro, no controle do trabalho africano e no incentivo à imigração de europeus.

No entrelaçamento de narrativas literárias e históricas, produziu-se, nesse período, a chamada “hipótese fenícia” que atribuía origens semíticas às sociedades que construíram o Grande Zimbábue, associando-as a supostos colonizadores que, na Antiguidade, teriam alcançado o planalto zimbabuano para explorar ouro e o comércio na região. Além de negar a capacidade cultural de sociedades nativas da região, essa “hipótese fenícia” visava legitimar a ocupação daqueles territórios por europeus, sob a alegação de que a África meridional já havia sido, no passado longínquo, ocupada e colonizada por grupos estrangeiros de pele mais clara. Por extensão, as narrativas que reforçavam a “hipótese fenícia” estavam ancoradas em ideias racistas, categorizando as sociedades africanas do planalto, especialmente os shona (sobretudo os kalanga ou bakalanga), como grupos “primitivos” e racialmente “degenerados”, fadados à autodestruição, cujas poucas qualidades redentoras seriam resultado da miscigenação com povos invasores, tais como fenícios ou árabes.

Os documentos analisados nesse artigo, especificamente *The Ruined Cities of Mashonaland*, do explorador Theodore Bent, e o romance histórico *Elissa, or the Doom of Zimbabwe*, de H. Rider Haggard, defendiam as origens semíticas do Grande Zimbábue, concatenando e sobrepondo diversas outras concepções racistas acerca das sociedades shona, para justificar a ocupação colonial daqueles territórios por invasores europeus, processos que, como se sabe, envolveram violências físicas e simbólicas sobre as populações africanas; a desestruturação e fragmentação de formas ancestrais de organização social, política e cultural; a expropriação de terras e exploração da mão de obra africana; e a sistemática exclusão dos africanos de direitos políticos ou sociais, incluindo o direito à terra. Por extensão, ao aludirem à decadência e queda do Grande Zimbábue, associada nesses discursos às invasões de “tribos” africanas, tais documentos reforçavam temores, compartilhados pela elite colonial e pelo colonato branco na África meridional, acerca dos riscos representados pelas resistências e lutas de africanos diante do colonialismo, caracterizando-as como sintomáticas de seu aspecto “primitivo” e “selvagem”. Desprezando evidências das origens africanas do Grande Zimbábue, esses e outros discursos produzidos no final do século XIX e início do século XX produziram hipóteses racistas comprometidas com a manutenção e expansão do colonialismo no continente africano, reforçando estereótipos raciais e enfatizando o Estado colonial como vetor de civilização e progresso.

Referências

BANDAMA, F. et al. The Production, Distribution and Consumption of Metals and Alloys at Great Zimbabwe. *Archaeometry*, v. 58, pp. 164-181, 2016.

BARROS, João de. *Da Ásia de João de Barros e Diogo do Couto*. Lisboa: Régia Oficina

Tipográfica, 1777.

BENT, Theodore. *The ruined cities of Mashonaland*; being a record of excavation and exploration in 1891. Londres: Longman's, Green & Co., 1895.

BENT, Theodore. The tribes of Mashonaland and their origin. *Scottish Geographical Magazine*, v. 2, n. 10, 1892, pp. 534-539.

BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2013

CHANAIWA, David. Iniciativas e resistências africanas na África meridional. In: ADU BOAHEN, Albert. *História Geral da África*, v. VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010, pp. 219-250.

DIAS, Manuel Nunes. Os portugueses no Índico Africano no século XVIII. *Revista de História*, v. 23, n. 47, pp. 169-181, 1961.

DUESTERBERG, Susanne. *Popular Receptions of Archaeology: Fictional and Factual Texts in 19th and Early 20th Century Britain*. Transcript, 2015.

FAGAN, Bryan Murray. As bacias do Zambeze e do Limpopo, entre 1100 e 1500. In: NIANE, Djibril Tamsir (org.). *História Geral da África*: v. IV, África do século XII ao XVI. Brasília: UNESCO, 2010, pp. 591-622.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. Quem construiu o Grande Zimbábue? Em torno do mito da incapacidade civilizadora dos povos africanos. *Diálogos*, v. 8, n. 1, pp. 79-106, 2004.

HAGGARD, H. Rider. *Black heart and white heart: and other stories*. Londres: Longmans Green, 1900.

HAGGARD, H. Rider. Preface. WILMOT, Alexander. *Monomotapa (Rhodesia): Its Monuments, Its History from the Most Ancient Times to the Present*. Londres: T. F. Unwin, 1896.

HUFFMAN, Thomas N. Expressive Space in the Zimbabwe Culture. *Man*, v. 19, n. 4, pp. 593-612, 1984.

HUFFMAN, Thomas N. The Rise and Fall of Zimbabwe. *The Journal of African History*, v. 13, n. 13, pp. 353-366, 1972.

HUFFMAN, Thomas N. The Soapstone Birds from Great Zimbabwe. *African Arts*, v. 18, n. 3, pp. 68-100, 1985.

KI-ZERBO, Joseph. *Historia del Africa Negra*, v. I. Madri: Alianza Editorial, 1972.

LOPES, Carlos. A pirâmide invertida: historiografia africana feita por africanos. *Atas do Colóquio Construção e Ensino da História da África*. Lisboa: Linopazes, 1995.

MACEDO, José Rivair. Os filhos de Cam: a África e o saber enciclopédico medieval. *SIGNUM: Revista da ABREM*, v. 3, pp. 101-132, 2001,

MAMDANI, Mahmood. *Citizen and Subjects: Contemporary Africa and the Legacy of Late*

Colonialism. Princeton: Princeton University Press, 1996.

MBOKOLO, Elikia. *África Negra: história e civilizações*. v. I. Salvador: EDUFBA, 2010.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: UNICAMP, 2010.

MLAMBO, Alois. *A History of Zimbabwe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

MUDIMBE, Valentim Y. *A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2019.

MUSCALU, Ivana Pansera de Oliveira. *"Da boa guerra nasce a boa paz": a expulsão dos portugueses do planalto do Zambeze - reino do Monomotapa, África austral (1693-1695)*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo. Tese de doutorado em História, 2017.

MUSCALU, Ivana Pansera de Oliveira. *"Donde o ouro vem": uma história política do reino do Monomotapa a partir das fontes portuguesas (século XVI)*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo. Dissertação de mestrado em História, 2012.

NYAMBARA, P. S. The Politics of Land Acquisition and Struggles Over Land in the "Communal" Areas of Zimbabwe: The Gokwe Region in the 1980s and 1990s. *Africa*, v. 71, n. 2, pp. 54-108, 2001.

PANEGASSI, Rubens Leonardo. Naturalização do trato político e conservação das conquistas: o mito do Preste João e a linguagem política no Renascimento português. *História (Unisinos)*, v. 23, n. 1, pp. 25-37, 2019.

PETERS, Karl. *The Eldorado of the Ancients*. Londres: Pearson, 1902.

PHIMISTER, I. R. Ancient Mining near Great Zimbabwe. *Journal of the Southern African Institute of Mining and Metallurgy*, v. 74, n. 6, pp. 233-237, 1974.

PIGAFETTA, Filippo; LOPES, Duarte. *Relatione del reame di Congo et delle circonvicine contrade*. Roma: B. Grassi, 1591.

PINTO, Otávio Vieira. Há medieval ao sul do Equador? Uma gramática do poder africano entre o Império do Mali e o Grande Zimbábue (século XIV). *Revista de História Comparada*, v. 15, n. 1, 2021, pp. 93-121.

RANGLES, W. G. L. *The Empire of Monomotapa: From the Fifteenth to the Nineteenth Century*. Mambo Press, 1981.

SHOKO, Tabona. *Karanga indigenous religion in Zimbabwe: health and wellbeing*. Hampshire: Ashgate, 2007.

SILVA, Alberto da Costa e. *A Enxada e a Lança: A África Antes dos Portugueses*. Rio de Janeiro:

Nova Fronteira, 1996.

SILVA, Evander Ruthieri. *H. Rider Haggard e a questão sul-africana: literatura, cultura escrita e política colonial (1875-1914)*. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Tese de doutorado em História, 2020.

TANGRI, Daniel. Popular Fiction and the Zimbabwe Controversy. *History in Africa*, v. 17, pp. 293-304, 1990.

WILMOT, Alexander. *Monomotapa (Rhodesia): Its Monuments, Its History from the Most Ancient Times to the Present*. Londres: T. F. Unwin, 1896.